



POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO

Davi Libânio de Mélo ¹

Márcia Lúcia de Mélo ²

Orientadora: Maria Aparecida Dantas Bezerra ³

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como acontece a inclusão do estudante na educação de jovens e adultos adentrando nas políticas públicas da educação do campo. Este trabalho se justifica nas experiências de dois professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Escada-PE. A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo descritiva, que permitiu a serem realizadas as entrevistas com os professores definidos de P1 e P2, para não expor as identidades. De acordo com os resultados da pesquisa de forma teórica foi possível encontrar as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo com ênfase na educação especial, porém na prática foram encontrados contradições entre a teoria e a prática como: a falta de formação continuada para os professores da Educação de Jovens e Adultos, o preconceito existente por parte da comunidade escolar, ausências de materiais didáticos, a estrutura física da escola não adequada a realidade.

Palavras-chave: Políticas públicas, Inclusão, Educação, Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito garantido a todo cidadão brasileiro, sendo de qualidade sem discriminação de cor, raça, sexo ou em diferentes contextos sociais. Por isso é preciso ressaltar as políticas públicas voltadas a educação de Jovens e Adultos na educação do campo.

Segundo Caldart (2004, p. 25), destaca a importância da luta por uma educação do campo, que respeite os traços de uma identidade em construção, ou seja, é necessário valorizar as raízes culturais, sociais e intelectuais do homem do campo na construção de seus saberes, respeitando o contexto onde está inserido. Neste sentido é imprescindível não intatizar a Educação de Jovens e adultos (EJA), pois é uma modalidade que foi implantada nas políticas públicas de educação com a perspectiva de atender aos cidadãos que não concluíram a educação Básica na idade certa.

¹ Doutor em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, davi.libanio@yahoo.com.br;

² Mestra em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, marcia.lucia20@hotmail.com;

³ Doutora em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, cidaraulinho@hotmail.com.

Neste sentido no artigo 208, da Constituição Federal de 1988, deixa claro que à educação é para todos e ressalta a inclusão dos que não foram possibilitados ao acesso à escola na idade certa, ou seja, na infância ou na juventude. Com base nesse pressuposto é possível ainda enfatizar os artigos 205 e 206, que definem os objetivos e princípios na integração dos direitos fundamentais à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa como também o preparo para o exercício da cidadania como também a qualificação para o trabalho.

De acordo com a realidade social no Brasil ainda é possível encontrar alunos com idade de frequentar a escola na modalidade de Educação de Jovens e Adultos fora da escola devido pertencer ao um contexto de vulnerabilidade, principalmente aqueles que apresentam alguma comorbidade ou especificidade do contexto da Educação Especial.

Este trabalho de pesquisa se justifica com base nas práticas de inclusão à educação no município de Escada-PE, sendo um contexto que pertence a Zona da Mata Sul, sendo conhecido como as princesas canavieira, ou seja, um contexto social de situação economicamente de vulnerabilidade.

Neste sentido surgem o objetivo geral dessa pesquisa: investigar como acontece a inclusão do aluno na educação de jovens e adultos com comorbidades ou outras especificidades na educação do campo. Para elencar a pesquisa ressalta-se os objetos específicos: identificar quais as políticas públicas existem que garantam a educação especial na modalidade EJA no campo, analisar por meios de uma entrevista na escola campo de pesquisa como acontece a inclusão do aluno da modalidade EJA público alvo da educação especial no campo.

METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho é de cunho qualitativo, sendo escolhido dois professores da EJA da educação do campo para uma entrevista de campo estruturada em duas escolas municipais do município de Escada-PE, localizadas na Zona da Mata Sul. Como critérios utilizados foram as seguintes ferramentas: observações diretas nas escolas escolhidas, um roteiro das perguntas durante a entrevista com dois professores nomeados de P1 e P2 para não identificar os envolvidos.

Na perspectiva de elencar as informações necessárias para a obtenção dos devidos resultados referentes as políticas públicas na inclusão da educação de jovens e adultos na educação do campo. Segue as questões durante as entrevistas: existem políticas públicas voltadas à educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação do campo? Como é realizada a

inclusão do aluno público alvo da educação especial na (EJA) na educação do campo? Existem alunos desse público alvo matriculado em sua escola? Quais maiores dificuldades em incluir esse indivíduo nessa modalidade na educação do campo?

Desta forma, será questionado sobre o desenvolvimento das políticas públicas na educação de Jovens e adultos nas diferentes formas de compreender o território que os estudantes habitam em seu meio cultural possibilitando o conhecimento do direito de seu território.

REFERENCIAL TEÓRICO

Histórico da Educação de jovens e adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos surgiu no Brasil durante o período em que os Jesuítas chegaram no país com objetivo de alfabetizar os índios tanto crianças até os adultos, utilizando o evangelho católico para catequizar os que já habitavam no país, que nessa época era uma aldeia. Nesse sentido houve vários interesses pelos padres tendo um período de investimento tanto na área cultural, quanto na intelectual. Mas esta modalidade de ensino só foi estabelecida legalmente no Brasil e definida no Ensino Fundamental e Médio no ano de 1996, com a aprovação da Base Legal pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional conforme a Lei nº 9.394/96. Neste contexto passou a ser destinada aos indivíduos que não frequentaram à escola na idade certa.

Segundo o Artigo 37 da Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018, a EJA é destinada aos jovens e adultos que “não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

Conforme, Kolling (2004) ressalta a Câmara da Educação Básica-CEB, no cumprimento do estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96- LDB, elaborou diretrizes curriculares para educação infantil, o ensino fundamental e o médio, a educação de jovens e adultos, educação indígena e a educação especial, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal. Com base nesse contexto é fundamental apontar que existem políticas públicas voltadas á educação do campo na perspectiva que valoriza a inclusão do indivíduo da modalidade (EJA), porém muito embora não possa está sendo exercido na prática.

Diante das desigualdades sociais ainda é possível encontrar vários jovens e adultos que não frequentam à escola e isso tem de fato interferido no desenvolvimento social, intelectual e

econômico do país, pois mesmo existindo as regulamentações por meios das políticas públicas voltadas à educação ainda há uma defasagem por parte do próprio sistema de educação.

A inclusão do estudante na educação de jovens e adultos na educação do campo

A escola frente ao público alvo da Educação Especial deve está preparada para incluir o aluno se adequando a realidade, pois não é o aluno quem deve se adaptar à escola, mas à escola ao aluno. Neste sentido é fundamental entender como o aluno da (EJA) é inserido no ambiente escolar sem ser segregado, pois a comunidade escolar deve buscar conhecer as peculiaridades de cada aluno que esteja frequentando as aulas regulares.

Quando se fala em educação especial é já compreendido que os desafios são inúmeros, e se tratando deste público alvo na educação do campo se torna ainda mais complexo, pois o despreparo profissional e a falta de estruturas físicas das escolas são perceptivas, devido ser qualquer espaço que possa ser formado a escola.

Segundo Libâneo (2013, p. 33) “a escola pode estimular o trabalho coletivo, solidário, negociando, compartilhando”. Com base neste contexto é fundamental que a escola se organize para a integração do aluno público alvo da Educação Especial na educação de Jovens e Adultos, pois segundo a LDB no Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Diante deste artigo é preciso destacar que a Lei ainda se refere ao público alvo da Educação Especial ainda como portadores, pois mostra que há fragilidades no processo de inclusão frente as políticas públicas. Desta forma Andrade, Guedes e Silva (2016, p. 2) destacam:

Falar de inclusão em um mundo globalizado, no qual os valores são ditados pela lógica do mercado, é um tanto dissonante, já que os valores divergem do que é essencial. E na maioria das vezes esquece o próprio sujeito, uma vez que ao priorizar certos arquétipos do ideal ou imaginário, distancia-se do primordial que é o ser humano. Já Freire (1996, p. 35) define que “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Ou seja, o respeito as diferenças na educação precisa existir tendo por ênfase a inclusão dos jovens e adultos na modalidade (EJA).

Segundo Candau (2013, p.8) “o contexto da globalização e suas diferentes leituras exerce forte impacto sobre as reformas curriculares, a formação de educadores, a gestão dos sistemas escolares na atualidade”. É com base nesse contexto que é preciso a adaptação do currículo escolar que de fato atenda as especificidades dos alunos da (EJA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de encontrar os resultados desta pesquisa realizada na duas escolas municipais do município de Escada, envolvendo dois professores, sendo um de cada escola, foi possível observar na prática as complexidades de incluir o aluno público alvo da educação especial na modalidade da educação de jovens e adultos, pois não foi encontrado nenhum aluno desse público inserido nas turmas da EJA.

Contudo, para ter um respaldo maior foram feitas entrevistas com os professores das escolas envolvidas com a seguinte questão: existem políticas públicas voltadas à educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação do campo?

P1	Sim, mas os documentos não passam do papel, porque na prática nessa escola não funciona.
P2	Acredito que sim, mais muito embora não é a realidade.

Com base nas respostas das entrevistas, ambas afirmaram que as políticas existem, porém não é encontrada na prática, pois ainda falta muito para que a educação de jovens e adultos na perspectiva da educação especial seja de fato exercida na educação do campo. Para Caldart (2004, p.34) ressalta que “A educação do campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais”. É provável que a educação do campo está as margens dos descasos por meios das políticas públicas, principalmente quando se trata de educação especial no campo. Continuando com as entrevistas os professores foram questionados com a seguinte pergunta: Existem alunos desse público alvo matriculado em sua escola?

P1	Não, pois já é difícil trabalhar com os ditos normais sem nenhuma estrutura e pense ainda ter alunos especiais na EJA.
P2	Já foi realizada a matrícula, mas o aluno deixou de frequentar.

--	--

Diante da realidade vivenciada na educação de jovens e adultos na educação do campo em relação a educação especial conforme as entrevistas, foi possível identificar que existem barreiras a serem enfrentadas no município de Escada-PE, pois a ausência de estrutura física e o despreparo pedagógico contribuem para que não existam alunos do público alvo da educação especial inclusos na EJA, e quando é realizada a matrícula o aluno abandona a escola por não ser de fato incluído no processo de ensino aprendizagem. Por fim foram abordados com a última pergunta: Quais maiores dificuldades em incluir esse indivíduo nessa modalidade na educação do campo?

P1	A falta de formação voltada a educação do de jovens e adultos, ausências dos materiais didáticos específicos, estruturas físicas etc.
P2	O preconceito da própria comunidade do campo, pois para eles as pessoas desse público é incapaz, sem contar com o despreparo pedagógico devido a falta de formação entre outras situações.

Com base nas respostas das professoras foi perceptivo compreender que a educação de jovens e adultos na educação do campo em relação a educação especial no município campo de pesquisa tem enfrentado grandes desafios, pois os despreparos dos docentes, a ausências de materiais didáticos, o preconceito da comunidade escolar tem sido uma barreira para que de fato a educação seja de qualidade e inclua todos os indivíduos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da pesquisa de forma teórica foi possível encontrar as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo com ênfase na educação especial, porém na prática foram encontrados contradições entre a teoria e a prática, pois segundo os professores das duas escolas campo de pesquisa apontaram alguns elementos que tem dificultado essa modalidade de ensino na educação do campo, pois o despreparo profissional é um problema a ser enfrentado por não existir formação adequada, o



preconceito da comunidade escolar, ausências de recursos didáticos que atenda a realidade do aluno público alvo da educação especial no campo e a estrutura física das escolas que não contemplo a realidade do contexto da educação esperada para o campo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel de Souza. GUEDES, Maria do Socorro. SILVA, Sílvio César Lopes da. **A EJA e inclusão: uma reflexão necessária a partir do contexto escolar e da sala de aula.** Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA14_ID3998_22102016105118.pdf. Acesso em: 07/06/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 07/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/** Secretaria de Especial- MEC, SEESP, 1996.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidades e políticas públicas.** Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do campo: identidades e políticas públicas.** Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. -6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Heccus Editora.

CANDAU, Vera Maria. Currículo, didática e formação de professores: uma teia de ideias-força e perspectivas de futuro. In: **Currículo didática e formação de professores.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.